



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

NATHALIA FERNANDA RIBEIRO DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL:  
O PARADIGMA ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR  
NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

---

LONDRINA  
2010

NATHALIA FERNANDA RIBEIRO DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL:**  
O PARADIGMA ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR NO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador(a): Prof. Ms. Beatriz Carmo  
Lima de Aguiar

LONDRINA  
2010

NATHALIA FERNANDA RIBEIRO DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL:  
O PARADIGMA ENTRE CUIDAR E EDUCAR NO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Profª Ms. Beatriz Carmo Lima de Aguiar

---

Profª. Orientadora  
Universidade Estadual de Londrina

Profª Ms. Andréia Maria Cavaminami Lugle

---

Universidade Estadual de Londrina

Profº Ms. Juarez Gomes

---

Universidade Estadual de Londrina

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_2010.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais, Marcos da Silva Ribeiro e Maria Aparecida Ribeiro, aos meus irmãos, Junior e Isabela, ao meu marido Fábio e a minha avó Eunice Elias Ribeiro (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus.

À minha família, principalmente aos meus pais Marcos e Cida, por sempre me apoiarem; ao meu esposo Fábio pela compreensão desses longos quatro anos.

À professora e orientadora Beatriz, pelo empenho, dedicação e paciência com a minha pessoa.

SANTOS, Nathalia Fernanda Ribeiro. **EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: o paradigma entre cuidar e educar no Centro de Educação Infantil.** 2010. 40 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo principal discutir a importância da integração entre o cuidar e o educar nos Centros de Educação Infantil, bem como apresentar de que maneira surgiu e se desenvolveu a concepção de infância. Esse estudo mostra um breve relato da trajetória histórica das instituições de atendimento à criança pequena, sendo iniciado no Brasil ao final do século XIX, como também aponta os avanços significativos referentes às leis e às constituições. Por fim, apresenta a formação do educador infantil e a relevância do lúdico na infância. Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos pela metodologia qualitativa, fazendo inferências por meio de pesquisas bibliográficas. Os resultados aqui obtidos apontaram que as escolas infantis no Brasil passaram por diversas mudanças em suas funções, onde hoje a Educação Infantil contempla na ação pedagógica o cuidar e educar como parte intrínseca do desenvolvimento da criança de zero a cinco anos, pois esta, segundo as leis que a rege atualmente, é reconhecida como cidadã e como sujeito de direitos, uma vez que a criança é vista como um ser completo e detentora de especificidades que lhe são próprias.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Cuidar e Educar. Formação Profissional.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: POLITICAS NACIONAIS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>09</b>
<b>3 INTEGRAÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 CUIDAR E EDUCAR: PRÁTICAS INDISSOCIÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>22</b>
<b>4 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL LIGADA ÀS PRÁTICAS DO CUIDAR E DO EDUCAR.....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 O ESPAÇO DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>31</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que tratar de uma instituição [...]. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida; dependente, mas capaz de polarizar atenções ao redor de si; todo aberto para o outro, mas que só se desvela se, no outro, houver paixão.  
Vital Didonet

Do ponto de vista histórico, durante muito tempo, o cuidado e a educação da criança pequena esteve sob a responsabilidade familiar, especialmente da mãe. A instituição creche surge no Brasil no fim do século XIX, decorrente da industrialização e da urbanização do país. Neste contexto, criam-se as creches com o intuito de liberar a mulher para o mercado de trabalho.

No decorrer dos tempos, a história da educação infantil no Brasil teve diferentes mudanças na sua função, pois o papel das instituições visava apenas o cuidar, não havia a preocupação de educar as crianças de zero a cinco anos. Anteriormente, as instituições infantis somente atendiam às crianças socioeconomicamente desfavoráveis, por possuírem visão assistencialista, atualmente, passaram a ter o papel de educativa, ou seja, o cuidar e o educar fazem parte intrinsecamente da educação da criança, pois a educação é um direito da criança desde o seu nascimento.

Dessa maneira, o presente trabalho dedica-se ao estudo da importância do cuidar e do educar nos Centros de Educação Infantil. Procuramos analisar e refletir o direito da criança a uma educação infantil de qualidade, em que se ofereçam os recursos necessários para o seu desenvolvimento, bem como traçar a trajetória histórica da mesma, enfatizando a importância do lúdico, inclusive na formação do educador infantil.

Neste trabalho, procuramos responder a seguinte questão: apesar de todo o histórico da Educação Infantil ter se modificado com o passar dos anos, como podemos mostrar que não existe uma educação sem cuidado?

No entanto, não é tarefa fácil discutir sobre as questões que permeiam as instituições de educação infantil, uma vez que muitos profissionais ainda não estão preparados para enfrentar as dificuldades, como compreender que



o binômio cuidar e educar faz parte iminente da educação da criança de zero a cinco anos. Neste contexto, faz-se necessário que os profissionais da educação estejam aptos a exercerem essa nova visão de educação.

Esta pesquisa foi realizada com o intuito de contribuir para que os educadores infantis conheçam a trajetória da educação infantil brasileira, desde seus primórdios até os dias de hoje. Também possui como objetivo discutir sobre as relações e interfaces do cuidar e do educar nos Centros de Educação Infantil, bem como mostrar que não existe uma educação sem cuidado, além disso, apontamos a importância da formação do educador infantil.

Para atingir os objetivos propostos, fez-se necessário o levantamento bibliográfico juntamente com a pesquisa documental de abordagem qualitativa. A pesquisa em questão é fundamentada em leituras e em análise de várias obras, documentos, artigos e textos de diversos autores que apresentaram aspectos relevantes sobre os assuntos aqui abordados.

Elegeu-se a abordagem qualitativa como a mais adequada ao desenvolvimento desta pesquisa por ser um método com um olhar mais abrangente e por trazer uma compreensão detalhada dos significados e das características apresentadas quanto ao assunto que vamos trabalhar, o paradigma entre o cuidar e o educar. A pesquisa qualitativa tem como características a coleta de dados, a análise e a interpretação dos aspectos, descrevendo a complexidade e o comportamento humano (RICHARDSON, 1999, p. 80).

O trabalho organiza-se da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta um breve histórico das instituições de educação infantil no Brasil, bem como a distinção das políticas nacionais voltadas a ela.

O segundo capítulo mostra a importância do cuidar e do educar a criança de zero a cinco anos no Centro de Educação Infantil, comentando também sobre a concepção de infância.

O terceiro capítulo conceitua a importância da formação do educador infantil, ressaltando a relevância de formar profissionais aptos a integrarem o cuidar e o educar na prática pedagógica junto à criança pequena. Destaca ainda algumas considerações sobre o brincar e a importância que este tem para a infância.

## **2 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: POLÍTICAS NACIONAIS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Esse capítulo tem como objetivo principal analisar a trajetória histórica das instituições de atendimento à criança, bem como distinguir as políticas nacionais voltadas para a Educação Infantil.

Entendemos que este trabalho, ao priorizar o movimento de investigar as raízes históricas das instituições de educação infantil, permite também compreender os desafios que esta enfrentou no decorrer dos anos. É importante ressaltarmos que as escolas infantis no Brasil sofreram durante tempos, muitas mudanças em suas modalidades, as quais passaram pelo assistencialismo até chegar à função de hoje, que é também educativa.

Do ponto de vista histórico, houve um grande avanço sobre a legislação, pois esta reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade<sup>1</sup> desde o seu nascimento. Contudo, a realidade em que vivemos aponta um grande desentendimento entre o discurso da lei e o dia a dia de muitas escolas infantis (PASCHOAL; MACHADO, 2009), uma vez que se fala de muitas conquistas alcançadas nos discursos teóricos, mas não se concretizam na prática, isto é, no cotidiano de nossas crianças.

Por muito tempo, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, especialmente da mãe. Deste modo, podemos dizer que, diferentes de outros países, no Brasil, as primeiras iniciativas quanto à organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com a finalidade de apenas auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e que não tinham com quem deixar seus filhos.

Outro aspecto que auxiliou no surgimento dessas instituições foram as iniciativas de amparo aos órfãos abandonados que, embora apresentassem o apoio da alta sociedade, tinham como finalidade encobrir a vergonha da mãe

---

<sup>1</sup> A qualidade no atendimento à criança remete a ideia de garantir seus direitos, como uma boa educação. O Estatuto da Criança e do Adolescente define como direitos fundamentais: direito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade (CORRÊA, 2003, p. 91).

solteira, já que as crianças “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” (RIZZO, 2003, p. 37).

Neste contexto de sociedade patriarcal, a intenção era criar uma solução para os problemas dos homens, já que os mesmos não queriam a responsabilidade de assumir a paternidade, supondo que, nessa época, o conceito de infância não era bem definido em relação à especificidade da criança, pois essa era “[...] concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (RIZZO, 2003, p. 37).

Pode-se dizer que uma das instituições mais duradouras no Brasil, voltada ao atendimento infantil, que teve início antes da criação das creches, foi a Roda de Expostos (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Com o intuito de esconder a vergonha das mães solteiras, em 1825, no Brasil, foi criada uma instituição, mais conhecida como a “Roda”, onde possuía como objetivo resguardar os filhos das uniões ilegítimas que eram abandonados pela mãe ou por outro membro da família, estes deixavam a criança ali e depois se retiravam do local, preservando, assim, sua identidade (PASCHOAL; MACHADO, 2009). A Roda dos Expostos, também conhecida como Roda dos Enjeitados, por muitos anos foi a única instituição de assistência à criança desamparada no Brasil. Apesar de parte da sociedade não apoiar o trabalho realizado nesta instituição, somente no século XX que o Brasil extinguiu o sistema da Roda dos Enjeitados (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Ainda no final do século XIX, período da Abolição da escravatura no país, ocorreram novos problemas em relação aos filhos de escravos, pois estes não iriam mais assumir as mesmas condições de seus pais, havendo, assim, um grande aumento de crianças abandonadas (OLIVEIRA, 2002).

Com a intenção de solucionar o problema dessas crianças, a criação de creches, asilos e internatos foram vistos, então, como instituições destinadas a cuidar das crianças pobres. Conforme afirma Oliveira (2002, p. 92), essa solução seria a “arte de varrer o problema para debaixo do tapete”, isto é, uma maneira de esconder os problemas daquela época.

Por outro lado, com o ideário liberal no final do século XIX, inicia-se um projeto de construção de uma nação moderna. A elite do país assimila os

princípios educacionais do Movimento das Escolas Novas, elaborados nos centros de transformações sociais, ocorridos na Europa e trazidos ao Brasil pela influência americana e europeia. Nesse período, passa a existir no Brasil o conceito de “jardim de infância”, sendo esse recebido com muito entusiasmo por alguns setores sociais. Todavia, também causou muita discussão, já que a elite não desejava que o poder público se responsabilizasse pelo atendimento às crianças pobres.

Enquanto eram debatidas as questões sobre a polêmica de que os jardins de infância tinham como objetivo receber crianças pobres e tais instituições não serem mantidas pelo poder público, no Rio de Janeiro, em 1875, e em São Paulo, em 1877, eram criados os primeiros jardins de infância particulares, direcionados às crianças da classe alta, tais instituições desenvolviam uma proposta pedagógica inspirada em Froebel (OLIVEIRA, 2002).

O primeiro jardim de infância particular no Brasil, fundado por Menezes Vieira, no Rio de Janeiro, tinha como objetivo atender a alta aristocracia da época, visto que a única característica que distinguia ambas as instituições das já existentes no país era a parte educacional, inspirada em Froebel (OLIVEIRA, 2002).

Mesmo com todo esse discurso sobre o jardim de infância ser voltado à classe alta, somente no período republicano surgiu o primeiro jardim de infância público, em 1896, após a criação do jardim de infância particular.

O ano de 1899 significa um grande marco histórico para a institucionalização das creches no Brasil, pois foi nesse ano que Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, tendo como objetivos: “[...] inspecionar e regulamentar a lactação; inspecionar as condições de vida das crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, instrução etc)” (KUHLMANN Jr, 1991, p. 21). No entanto, é importante mencionar que também no ano de 1899 cria-se a “[...] primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro” (KUHLMANN Jr, 1991, p. 18-19). Este instituto precedeu a criação, em 1919, do Departamento da Criança no Brasil, que objetivava não apenas fiscalizar as instituições de atendimento à criança, mas lutar contra o trabalho que era realizado pelas mães voluntárias, que cuidavam dos filhos das operárias de maneira precária (KUHLMANN Jr., 1998).

No século XIX, ainda foram poucas as iniciativas de atendimento à educação infantil. Podemos dizer que, do período colonial até o início do século XX, pouco se fez no Brasil em relação ao amparo às crianças que viviam na pobreza. Já que não existia uma política governamental referente às creches. Havia apenas um atendimento realizado no meio rural, com a finalidade de cuidar da criança pequena separada da mãe, o que acarretou em um grande número de crianças órfãs ou abandonadas. Estes eram

[...] filhos bastardos originados em geral da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco, adotados por famílias de fazendeiros, ou o recolhimento das mesmas nas 'rodas de expostos' existentes em algumas cidades, criadas desde o início do século XVIII por entidades religiosas que procuravam fazer com que elas fossem conduzidas a um ofício quando grandes, preparando-as, pois, como mão-de-obra barata (MESGRAVIS apud AGUIAR, 2002, p. 23).

Desta maneira, as creches, os internatos e os asilos eram considerados nas vilas como lugares que prestavam a função de cuidar dos problemas dos pobres. Uma vez que naquela época se conservava o “[...] conforto do homem de uma sociedade patriarcal”, considerando que o mesmo não tinha a responsabilidade de assumir a paternidade (RIZZO, 2003, p.19).

Simultaneamente nessa época, com a concretização da atividade industrial e como a maioria da mão de obra masculina encontrava-se na lavoura, as fábricas criadas na época tiveram que aceitar um grande número de mulheres no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2002, p. 95). Estas, então, procuraram soluções alternativas, como deixar suas crianças com outras mulheres que se prontificavam a cuidar delas em troca de dinheiro.

Com a entrada nas fábricas da mão de obra dos imigrantes europeus chegados ao Brasil por volta do final do século XIX, o início da mulher, no setor industrial, incidiu no começo do século XX. Os imigrantes trabalhadores mais qualificados e politizados pelo contato com os movimentos que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos reivindicaram aos donos das fábricas seus direitos, como, melhores condições de trabalho e de vida para eles e seus filhos (AGUIAR, 2002).

Esses operários começaram, então, a se organizarem nos centros urbanos mais industrializados, reivindicando melhores condições de trabalho e a criação de creches para seus filhos.

Assim,

os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus operários, dentro e fora das fábricas. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992, p.18).

Como sabemos, a história da educação infantil no Brasil tem acompanhado a história de outros países do mundo, mas passando por características que lhe são próprias. No nosso país, particularmente, a instituição creche surge decorrente do processo de industrialização e da ascensão das mulheres no mercado de trabalho, conseqüentemente, aumentando a demanda pela criação de instituições de atendimento a infância. Particularmente neste contexto, as instituições creches não foram criadas para atender às necessidades da criança, mas sim para atender à necessidade do mercado de trabalho, que havia aceitado a mão de obra feminina. Contudo, essas instituições ganharam um grande enfoque a partir do final do século XIX e início do século XX, passando a ser reivindicadas como direito de todas as mulheres trabalhadoras (AGUIAR, 2002).

Enquanto as instituições públicas eram criadas para atender às crianças pobres, visando apenas o assistencialismo, as particulares apresentavam propostas de cunho pedagógico, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Observa-se, nesse contexto, que as crianças de diferentes classes sociais eram vistas de formas distintas, já que as classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que focava uma ideia de carência e as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que visava à criatividade e à sociabilidade infantil (KRAMER, 2001).

O trabalho realizado com as crianças durante meados do século XX nas creches, na década de 1930 e 1960, visava apenas o assistencialismo-custodial, ou seja, o cuidado era com alimentação, higiene e segurança física. Por isso, “a idéia de abandono, pobreza, culpa, favor, caridade, acompanham as formas precárias de atendimento a menores neste período e, por muito tempo, talvez mesmo até hoje, tais idéias vão permear concepções acerca do que é creche” (OLIVEIRA apud AGUIAR 2002, p. 25).

De acordo com as autoras Paschoal e Machado (2009), a preocupação em volta do atendimento a todas as crianças, independentes da sua classe social, pôs início a um processo de regulamentação desse trabalho no âmbito da legislação.

Nota-se que, até o final dos anos 1960, pouco se apresentou em termos de legislação que garantisse a oferta à educação infantil. De acordo com Haddad (1991), a questão da creche avançou muito no Brasil nos últimos anos, vários setores da sociedade, como os grupos ligados aos movimentos populares e outros, passaram a reivindicar creches e pré-escolas como um direito à educação das crianças de todas as camadas sociais.

No entanto, “é importante ressaltar que, até então, as políticas públicas para a educação infantil caracterizavam-se como ações de caridade, voluntarismo e filantropia, voltadas para o assistencialismo e, posteriormente, a propósitos “educacionais [...]” (LANTER apud MORENO, 2007, p. 55). Isso ocorreu devido à própria história da Educação Infantil no Brasil, pois a creche surgiu com intuito de guardar as crianças e assim suprir as necessidades das mães quanto ao trabalho extra domiciliar.

Na década de 1970, houve um grande aumento no setor privado da educação pré-escolar, que foram criadas com o intuito de atender às classes média-média e média-alta, com uma teoria pedagogia froebeliana. As pessoas que estavam envolvidas com as instituições pré-escolares brasileiras se preocupavam apenas em ampliar suas próprias escolas, contudo, utilizavam o termo “pedagógico” para aproximar-se das famílias mais abastadas, com um propósito de jardim de infância para estes, que não poderiam ser confundidas com as creches (AGUIAR,

2002, p. 28), pois as creches e berçários que recebiam as crianças de classe média eram vistos, em geral, para apenas atender os

[...] filhos de profissionais liberais, e que defendiam a creche como instituição educativa voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança. Nos grandes centros urbanos, neste período, a reivindicação de amplas parcelas da população por creches intensificou-se e adquiriu conotações novas, saindo da postura de aceitação do paternalismo estatal e empresarial e exigindo a creche como um direito do trabalhador e dever do Estado (GOHN apud AGUIAR, 2002, p. 28).

Por outro lado, a história da creche está ligada à participação feminina no mercado de trabalho, em que mudou o papel da mulher em nossa sociedade e suas atribuições no âmbito familiar, especialmente no que diz respeito à educação dos filhos. Além de a mulher trabalhar fora de casa, esta também tinha que dar conta das tarefas domésticas (AGUIAR, 2002).

O trecho do jornal *Nós Mulheres* mostra as mudanças no papel da mulher, a importância do movimento feminista e a maneira como o significado de creche foi se modificando (AGUIAR, 2002, p. 30):

Achamos que nós mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida [...]. É possível que nos perguntem: mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos? Nós respondemos: o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares [...] (ROSEMBERG apud, AGUIAR 2002, p. 30).

Evidentemente, a luta desencadeada pelas mulheres por creches para seus filhos intensificou o pedido pelas instituições, tanto como um direito da população como também um direito à criança de se desenvolver em um espaço adequado, que atenda às suas necessidades físicas e cognitivas, ou seja, um ambiente que complemente a educação familiar.

Já na década de 1980, “[...] o Brasil passou por um período de ampliação do debate a respeito das funções das creches para a sociedade moderna,



foi a partir deste momento que as creches passaram a ser vistas e reivindicadas como sendo o lugar de educação e cuidado para todas as crianças de zero a seis anos” (WAJSKOP; ABRAMOWICZ, 1999, p. 10).

No entanto, a luta foi intensa até chegarmos ao texto Constitucional de 1988, que determina a creche como instituição educativa e não somente assistencialista, pois passou a ser vista como um direito tanto das mães como das crianças (BRANDÃO apud MORENO, 2007).

Somente com a Constituição de 1988 que a criança de zero a seis anos passou a ser vista como sujeito de direitos, por essa razão, a Constituição demonstra que houve um grande avanço quanto à garantia de nossos direitos. Segundo Leite Filho (2001, p. 31) “[...] foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil”.

Diante deste contexto, a Constituição Brasileira de 1988 assegura, em seus artigos referentes à educação, a garantia do atendimento em creches às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988).

A partir da Constituição de 1988, as creches, que eram pertencentes à área de assistência, tiveram sua entrada no campo educacional, do qual certifica sua função educativa, e nesta se agrega as ações de cuidado (MORENO, 2007, p. 54).

Nesta perspectiva, após dois anos da aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovada, na década de 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que reafirma o direito da criança ao mundo dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, foi estabelecido mecanismo de participação e controle social na formulação e na implementação de políticas para a infância (BRASIL, 2006, p. 09).

Além da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que, em seu artigo 29, consolida a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, ou seja, a proteção integral da criança deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público (MORENO, 2007, p. 54).

Esse é o momento certo para dirigir esforços para que assim os avanços conquistados na Educação Infantil por meio da Constituição de 1988 e pela LDB de 1996 não sejam em vão, no entanto, “[...] hoje lutamos para superar essa dicotomia, ou seja, mudar essa idéia que o Centro de Educação Infantil existe somente para assegurar o direito da mãe trabalhadora” (MORENO, 2007, p. 55).

Contudo, em linhas gerais, a LDB estabelece a forma como a educação infantil será ofertada, “[...] em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade” (BRASIL apud PASCHOAL, 2008, p. 11). O que observamos é que a distinção entre ambas é feita apenas pelo critério de faixa etária. Cabe mencionar que esta divisão não contribui para discriminar ainda mais a instituição creche, ou seja, entendendo-a com um caráter menos educativo do que a pré-escola (AGUIAR, 2002).

Deste modo, a inclusão da creche no âmbito educativo abre importantes perspectivas quanto ao avanço de propostas que reconhecem a necessidade de atender às crianças pequenas. Entende-se que o cuidado, nesse momento, é de suma importância, pois significa “[...] comportamentos e ações que envolvem conhecimentos, valores, habilidades e atitudes, empreendidas no sentido de favorecer as potencialidades das pessoas para manter ou melhorar a condição humana” (WALDOW apud ANGOTTI, 2006, p. 65).

Neste contexto, Haddad (1991) ressalta que o cuidado infantil remete a um cuidar concebido, ou seja, ver a criança como um ser único, como um indivíduo repleto de potencialidades e competências a serem desenvolvidas, assim procurando entendê-la para então promover seu desenvolvimento.

Não se trata de uma tarefa fácil discorrer sobre as questões que englobam a Educação Infantil no país e no mundo. Já que há muitas problemáticas, tanto na legislação como no campo pedagógico, que ainda cercam uma grande maioria das instituições de atendimento a infância. Podemos dizer que, nesta modalidade de ensino, há um preconceito muito grande, pois muitos ainda pensam que existe apenas o cunho assistencialista dentro dos Centros de Educação Infantil. Esta ideia de assistencialismo precisa ser ampliada, pois a criança precisa ser vista

além dos aspectos do cuidado, porque ela é entendida como um “[...] ser completo, total e indivisível” (BRASIL, 1999).

Ainda há muitas melhorias a serem feitas na educação infantil, para que esta seja, de fato, consolidada como um espaço de educação para a criança pequena. Em outras palavras, queremos dizer a todos que se preocupem com a educação das crianças de zero a cinco anos, se preocupem com desafio que temos de vencer, ou seja, que nos Centros de Educação Infantil não exista somente o cuidar voltado ao zelo, mas também voltado ao caráter educativo. Devemos entender que as práticas da educação infantil devem estar organizadas enquanto ações de cuidar e de educar, mas de maneira integrada à criança pequena.

### 3 INTEGRAÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO

Nesse capítulo, abordaremos a importância entre a integração do cuidar e educar na Educação Infantil e faremos referência também à concepção de infância, pois se trata de um conceito fundamental para este trabalho.

Esse texto não pretende alcançar a abrangência e a complexidade dessa questão. Seu objetivo primeiro é, com certeza, fazer uma reflexão a respeito do educar e cuidar, discutindo sobre as relações e interfaces destes dois aspectos no CEI.<sup>2</sup>

Para isso, faremos uma breve análise sobre o conceito preestabelecido que temos, até então, da infância, levando em consideração os diversos contextos e situações em que vivem ou viveram as nossas crianças.

O conceito de infância trazidos nos dias de hoje, pelo ponto de vista histórico, tem nos mostrado uma concepção de infância já definida, pois esta determinação não foi criada no momento atual, ela vem de uma construção histórica que ainda possui raízes no passado.

De acordo com a autora Kramer (2001), podemos entender que a concepção de infância vem se modificando historicamente, mas de acordo com a organização de cada sociedade.

A idéia de infância não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ('de adulto') assim que ultrapassava o período de alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (2001, p.19).

Para Kramer (apud SOUZA 2009, p. 18), o sentimento de infância:

---

<sup>2</sup> Neste trabalho vamos nos referir a creche como CEI (Centro de Educação Infantil).

[...] não significa o mesmo que afeiçoar pelas crianças; corresponde, na verdade, à consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que distingue a criança do adulto e faz com que a criança seja considerada como adulto em potencial, dotada de capacidade de desenvolvimento.

Com o advento da Revolução Industrial no século XIX, as mulheres passaram a trabalhar fora de casa e foram criadas, então, as primeiras creches assistenciais, onde havia o objetivo de integração de uma política de proteção à maternidade e à infância (MORENO, 2007).

No século XX, com todos os avanços de estudos de psicologia, houve uma mudança da concepção do que é ser criança. Pois, a criança sai do anonimato e lentamente ocupa um espaço de maior destaque na sociedade (ARIÉS, 1981).

Hoje, entendemos que a criança é vista como um sujeito de direitos, situado historicamente, pois, segundo Didonet (s.d.), a criança precisa ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais sanadas, caracterizando um atendimento integral, em que todas as suas dimensões sejam atendidas e respeitadas, ou seja, temos que trabalhar esses aspectos integralmente, pois para a criança nada é separado. “Tudo que ela faz, ela o faz com seu corpo, seus sentimentos e com a inteligência de que dispõe” (DIDONET, s/d, p. 93). A autora Frabboni, ao citar Zabalza, afirma que:

[...] a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social” (1998, p. 68).

É preciso compreender que as nossas crianças possuem especificidades que as caracterizam como indivíduos que necessitam de carinho e atenção, pois, como nós adultos, elas sentem e pensam, mas é claro que de um jeito próprio, como nas relações que estabelecem com os pais e familiares, isto é, podemos dizer que a criança se desenvolve por meio do encontro com o outro, seja de adultos ou de outras crianças. Por isso, devemos considerar a criança como um

ser histórico-social, construtora do seu desenvolvimento e do seu conhecimento (BATISTA, 2008).

Partindo dessa concepção, as instituições de educação infantil devem respeitar a criança, entendendo-a como um sujeito social e histórico. Por isso, nesse sentido, as instituições que atendem às crianças pequenas se modificam também ao longo da história, pois a sociedade atual está mais consciente da importância das experiências vividas pelas crianças de zero a cinco anos.

De acordo com as leis da Constituição de 1988, da LDB de 1996, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, foi atribuído às crianças os direitos com absoluta prioridade, envolvendo além do cuidar, o educar para seu pleno desenvolvimento como cidadão. Devido ao avanço de conhecimentos a respeito das crianças pequenas, houve alguns esclarecimentos sobre os direitos sociais conquistados, como o reconhecimento na Constituição de 1988 do direito à educação de todas as crianças de zero a seis anos e o dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas, trazendo também à sociedade a consciência da importância do desenvolvimento infantil.

Graças aos grandes avanços, como a Constituição Brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei 9394/96), tais leis enumeradas reforçam a educação como direito da criança e dever do Estado garantir uma educação de qualidade para elas. A função da creche, que era apenas assistencialista, agora é também educativa, assim podemos dizer que, atendendo às exigências da LDB 9.394\96, a instituição creche incorporou a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Essa passou por diversas modificações, chegando ao contexto atual, em que seu principal objetivo, junto à pré-escola, é proporcionar à criança um desenvolvimento integral até o seis anos de idade (BATISTA, 2008).

Mesmo com todas estas transformações, as práticas educativas ainda estão em fase de reconstrução, pois, muitos educadores da educação infantil lutam por uma educação de qualidade, tentando integrar o cuidar e o educar. Segundo Paschoal (2008, p. 17), “[...] isso significa dizer que o professor deve estar atento às necessidades das crianças, uma vez que disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado”, já que no cotidiano de muitas

instituições existe a dicotomia entre o cuidar e o educar nas ações de muitos professores.

Nas palavras de Rossetti-Ferreira (2003, p.11), ainda há uma grande discriminação quanto ao ato de cuidar, pois “[...] quem educa não se propõe a cuidar e quem cuida não se considera apto para educar”, como se fosse possível dissociar essa prática pedagógica. Isso significa que o professor deve estar atento às necessidades da criança, buscando a integração entre o cuidado e a educação, pois tais funções devem ser realizadas simultaneamente pelos profissionais.

Contudo, sabemos também que há muitos educadores conscientes da importância deste fazer pedagógico, comprometidos com suas crianças, fazendo com que sua sala seja um “espaço fecundo na construção de novos conhecimentos, ou seja, um ambiente em que é permitido o sorriso, a alegria, o imprevisto, a travessura, um ambiente em que é permitido à criança ser criança” (MORENO, 2007, p. 62).

No entanto, para que possamos garantir com segurança os direitos da criança, devemos trabalhar em conjunto e tratar desse assunto como prioridade nos CEIs, porém este ainda é um desafio que está sendo construído. Dessa forma, é necessário quebrar paradigmas, refletir sobre as práticas que ainda não se modificaram.

### **3.1 CUIDAR E EDUCAR: PRÁTICAS INDISSOCIÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Contemplar o cuidado no âmbito da educação infantil significa compreendê-la como parte integrante da educação. O cuidar de uma criança pequena no contexto educativo exige um trabalho coletivo, isto é, de integração de vários campos e áreas de conhecimentos.

O consultor em educação infantil, Vital Didonet, afirma que: “[...] cuidar e educar são ações intrínsecas e de responsabilidade da família, dos professores e dos médicos. Todos têm de saber que só se cuida educando e só se educa cuidando” (2003, p. 08).

Na educação infantil, o cuidar é parte necessária da educação, embora demande conhecimentos e habilidades, isto é, o cuidar de uma criança exige desenvolver capacidades. Segundo Signorette et al. (2002), o cuidado trata-se de um ato em relação ao outro e a si mesmo. Ou seja,

[...] valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relações ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos [...] Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida (BRASIL, 1998, p. 24-25).

Para que um desenvolvimento integral ocorra, dependerá tanto dos cuidados que envolvem a dimensão afetiva, isto é, o carinho, quanto dos cuidados relacionados aos aspectos biológicos do corpo, como a alimentação e os cuidados com a saúde. Nesse contexto,

O cuidado precisa considerar, primeiramente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção de saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998, p. 25).

Por isso, quando pensarmos em cuidado, precisamos levar em conta as necessidades das crianças, para que assim possamos atendê-la de forma adequada e como realmente merecem. Desta forma, segundo Angotti (2006, p. 20) temos que entender que a educação dos pequenos é composta por crianças que são:



Seres íntegros em suas manifestações de singularidade, sociabilidade, historicidade e cultura, que, por meio das práticas de educação e cuidado, deverão ter a garantia de seu desenvolvimento pleno pelas vias da integração entre seus aspectos constitutivos, ou seja, o físico, emocional, afetivo, cognitivo/lingüístico e social.

Entendemos, então, que, para cuidar, é preciso um comprometimento com aquela criança, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Devemos cuidar da criança como um indivíduo que está em constante processo de crescimento e desenvolvimento, identificando e respondendo suas ansiedades e atuais necessidades. Desta forma, devemos compreender que a criança pequena carece de cuidados, que segundo Costa (2006, p. 66).

Na Educação Infantil é possível afirmar que os cuidados estão associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da criança, de todas as crianças. Um desenvolvimento que não é isolado em si mesmo, mas que se encontra envolvido em um tempo histórico. Um processo que é proporcionado por sujeitos protagonistas e com seus componentes individuais, físicos, psíquicos, e culturais. As interações entre os participantes do cuidado ocorrem a partir de inúmeras possibilidades, criança-educadora, criança-mãe, criança-criança. Os cenários ligados ao cuidar se configuram em espaços físicos diferentes, mas profundamente articulados, pelo objetivo comum do cuidado à criança.

Nesse contexto de educação, é de suma importância que as instituições de educação infantil vivenciem, de forma integrada, as funções de cuidar e de educar, não mais diferenciando, nem discriminando o trabalho dos profissionais que atuam com as crianças pequenas.

Contudo, as novas funções da educação infantil devem estar ligadas aos padrões de qualidades. Padrões esses que podem atender à criança em seus mais variados conhecimentos para a construção de sua autonomia, isto é, para que ocorra uma educação de qualidade, precisamos garantir à ela o acesso, a compreensão e o uso das possibilidades concedidas pelo conhecimento.

Dessa maneira, uma forma interessante para pensar a qualidade no atendimento à criança é levar em consideração as diversas possibilidades, a fim de discutir, avaliar ou propor padrões de qualidade na educação infantil. Uma das discussões está ligada à ideia de garantir a efetivação de seus direitos, já consagrados universalmente e, do ponto de vista legal, bem definido. Tais direitos estão explicitados em documentos que vão desde a Declaração Universal dos Direitos da Criança, para mencionar o plano internacional, passando pela Constituição Federal Brasileira de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de 1998, entre outros. Ou seja:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a freqüentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

É necessário que dentro da instituição de educação infantil se crie situações significativas de aprendizagem, para se alcançar o desenvolvimento de várias habilidades, como cognitivas, psicomotoras e socioafetivas. Contudo, é fundamental que a formação da criança seja vista como um ato inacabado, precisando sempre de novas inserções, de novos recursos e tentativas de aprendizagem.

Portanto, é importante frisar que o educar se faz necessário, pois segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), esclarece a necessidade da complementaridade entre o cuidar-educar-brincar na prática pedagógica. Contudo destacamos que o educar ocorre de diversas maneiras, ou seja:

[...] educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e

cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

Portanto, para educar faz-se necessário que o profissional infantil promova situações significativas de aprendizagem, se quiser atingir ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetivas da criança.

Assim, cuidar e educar são ações inseparáveis e essenciais na Educação Infantil, pois, para educar, faz-se necessário o cuidar e para cuidar, faz-se necessário o educar. O cuidado não deve ser visto e acreditado como um gesto de “paparicar” crianças, ou até mesmo como vigia para evitar acidentes, mas visto como uma relação de carinho, atenção e vínculo para com a criança pequena. Nas palavras de Rosemberg (1999, p. 23):

[...] atender às suas necessidades de proteção, segurança, bem-estar, saúde. Estar atento a seus afetos, emoções e sentimentos, às relações com os outros, com as coisas, com o ambiente. Planejar um espaço que estimule sua inteligência e imaginação, que permita descobertas e aguçar sua curiosidade.

Na Educação Infantil, a prática pedagógica está vinculada tanto ao ato de cuidar como ao educar, conforme Didonet (apud SOUZA, 2009, p. 21).

Não há um conteúdo 'educativo' na creche desvinculado dos gestos de cuidar. Não há um 'ensino', seja um conhecimento ou um hábito, que utilize uma via diferente da atenção afetuosa, alegre, disponível e promotora da progressiva autonomia da criança.

Por isso, entendemos que não há possibilidade de separação entre estas duas práticas, que estão presentes em todos os momentos da Educação Infantil. Pois cuidar e educar implica atitudes e comportamentos que demandam conhecimentos, habilidades e, principalmente, dedicação do profissional que se propõe a contribuir para o desenvolvimento da criança.

## **4 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL LIGADA ÀS PRÁTICAS DO CUIDAR E DO EDUCAR**

O presente capítulo almeja apresentar a importância da formação do educador infantil nos Centros de Educação Infantil, ressaltando a importância de formar profissionais aptos a integrar o cuidar e o educar na sua ação pedagógica, enfatizando, também, a relevância do lúdico na infância.

Sendo assim, na educação infantil, é preciso que os educadores estejam comprometidos com a prática educacional, pois, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao educador cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento (BRASIL, 1998, p. 41).

Neste contexto, o educador qualificado torna-se fundamental para o ato de cuidar e o de educar na Educação Infantil, uma vez que o

caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve (BRASIL, 1998, p. 41).

Contudo, é indispensável aos profissionais da educação infantil informações que envolvem cuidados fundamentais referentes às crianças, do mesmo modo que saberes diversificados, como conteúdos da área do conhecimento. Isso significa que é, também, por meio de algumas ações dos educadores que se deve planejar e compartilhar projetos educativos de qualidade junto à família e à criança (BRASIL, 1998).

Nesta perspectiva, entendemos que é essencial a presença de profissionais que possam fazer parte da instituição de educação infantil na condição

de educadores e não meros funcionários (ANGOTTI, 2006, 19). Por isso, é indispensável a este a formação específica e que esteja devidamente qualificado para o exercício da função de grande responsabilidade.

De acordo com Rizzo (2003, p. 185), a formação do educador infantil deve ser voltada ao curso de licenciatura plena ministrado em Institutos Superiores de Educação ou em Universidades.

Reafirmando as palavras de Rizzo (2003) quanto à formação do docente infantil, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, em seu artigo 62, ressalta que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996, p. 22).

A proposta de formação deve, portanto, levar os profissionais infantis a terem compromisso com a sua formação, faz-se necessário que estes profissionais tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço (BRASIL, 1998, p. 41).

Conforme relata Rizzo (2003) e a LDB, a educação infantil exige de seus profissionais total compromisso e competência para trabalhar com a criança pequena, pois este será norteado por um caráter educacional promovendo o desenvolvimento integral da mesma em suas diferentes especificidades.

Viana (apud SOUZA, 2009, p. 35) destaca que o professor infantil

deve procurar desenvolver a sua sensibilidade e os conhecimentos acadêmicos necessários, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do potencial de inteligência e o talento das crianças. As experiências afetivas, bem como o reconhecimento de suas próprias capacidades como ser humano, dotado de habilidades e de um potencial criativo, farão desse educador um mediador, por excelência, de possibilidades infinitas de aprendizagem.

Vale ressaltar que a LDB de 1996, mesmo antes de sua promulgação, não exigia dos profissionais o preparo adequado referente ao atendimento quanto ao cuidado e à educação da criança em período integral.

Somente após a promulgação da mesma que a formação específica do profissional infantil passou ter um destaque especial no campo educacional (MACHADO, 2000).

Conforme descrito no documento *Política Nacional de Educação Infantil*, a formação prévia trata-se de um elemento chave para melhor atender à criança pequena (BRASIL, 2006). Convém ainda aludir que esse mesmo documento integra a função específica desse profissional em “[...] educar e cuidar, de forma integrada, a criança na faixa etária de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 2006, p. 19).

O Referencial também apresenta algumas considerações amplas sobre essa formação docente:

as novas funções para a Educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, 1998, p. 23).

A formação docente deve ser vista como uma contínua construção de identidade pessoal e profissional do professor, de modo que esse processo se ligue aos contextos culturais e sociais, sendo assim, interligados ao conjunto de valores, saberes e atitudes nas próprias vivências e experiências do professor enquanto ao seu fazer educativo (ANDRADE apud SOUZA, 2009, p. 36).

O que se espera das educadoras, baseando-se em uma formação adequada, em relação à qualidade de atenção direcionada às crianças pode ser entendido como

[...] afirmação de uma identidade profissional, levando cada uma a adotar em sua prática cotidiana uma atitude mais segura, fundada numa observação mais respeitosa das crianças pequenas, alargando a capacidade de iniciativa e favorecendo a vontade de agir (CASTRO, apud MONTENEGRO, 2001, p. 56).

Pensando no educador como um profissional repleto de potencialidade e criatividade, entendemos que o seu papel na prática pedagógica, segundo Angotti (2006):

Concretiza-se no ideal de recuperação da infância perdida nos tempos modernos para inserir a criança no mundo do conhecimento, na condição de ser alfabetizada na leitura de mundo, na leitura interpretativa de tudo o que está ao seu redor sem perder a natureza, a magia, a fantasia, o mundo maravilhoso do ser criança e propiciar-lhe desenvolvimento integral, seguro e significativo (ANGOTTI, 2006, p. 26).

A educação infantil exige que os seus profissionais estejam preparados para o trabalho junto às crianças atribuindo na sua ação pedagógica o binômio cuidar e educar. Apesar de existir todos esses discursos referente a integração do cuidar e educar a criança pequena.

No entanto, não é bem isso que acontece, uma vez que muitos professores infantis acreditam que o cuidado está desvinculado do educar, já que o cuidado revela-se como uma simples atividade que deve ser realizada por profissionais com formação diferenciada (COSTA, 2006, p. 65).

Costa, ao citar Benelli, (2006) aponta que:

Na maioria das vezes, os profissionais da área não possuem subsídios teóricos para fundamentarem sua atuação e, portanto relutam em aceitar a idéia de que cuidar, na sua concepção mais ampla, também é uma vertente importante da profissionalidade do educador infantil (BENELLI apud COSTA, 2006, p. 65).

Do ponto de vista conceitual, conforme elucida Costa (2006), cuidar está vinculado aos atos de assistir, apoiar, facilitar, ou seja, melhorar a condição humana.

Para tanto, faz-se necessário a importância de um educador qualificado para a efetivação do cuidado dentro dessa nova proposta de cuidar e de educar na Educação Infantil (COSTA, 2006, p. 71).

Elucidando melhor a profissionalidade dos professores infantis, Angotti (apud SOUZA, 2009, p. 31) explica que:

A profissionalidade dos educadores deverá estar fundamentada na efetivação de um cuidar da criança, de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua mais tenra idade em atividades, espaços e tempos de ludicidade.

Assumindo o pressuposto de que a função dos profissionais da educação infantil é integrar a concepção de cuidar com a de educar, faz-se necessário que a sua formação seja voltada para esse processo de interação com crianças de zero a seis anos (SOUZA, 2009, p. 32).

Entendendo que a criança pequena é um ser repleto de habilidades, que apresenta diferentes características e necessidades, o educador infantil necessita conhecer e respeitar todos os aspectos fundamentais para o desenvolvimento da criança. Segundo Palhares (2004, p. 52):

a Educação presta-se a modificar a escola. [...] Para educar, cuidar e permitir que nossas crianças cresçam como sujeitos é preciso, também, construir educadores sujeitos. Sujeitos brincantes, sujeitos criativos, sujeitos livres [...]. A continuar orientando nossas políticas pela Educação Infantil [...] para expansão e melhoria da Educação [...] em creches e pré-escolas, incluindo aí a formação inicial e continuada dos professores [...].

Porém, é de extrema importância que os profissionais de educação infantil efetivem, de fato, o ato de cuidar e de educar a criança pequena na sua prática pedagógica, promovendo uma educação que atenda adequadamente às crianças no seu processo de desenvolvimento.

Nesse contexto, a formação do profissional infantil deve-se pautar em diversas áreas do conhecimento, além de entender, principalmente, o que é ser criança, assim podendo respeitá-la em suas particularidades e especificidades.

#### **4.1 O ESPAÇO DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Podemos dizer que o brincar é uma maneira pela qual a criança possui de se relacionar com o mundo, ou seja, a criança sempre está em busca de



descobrir e de ordenar as situações ao seu redor (PASCHOAL; MACHADO, 2008, p. 53).

De acordo com Maldonado (2003), é por meio das brincadeiras que a criança aprende, exercita suas novas habilidades, percebe (fascinadas) situações novas, dirige medos e angústias, repete o que gosta, explora e pesquisa o que há de novo ao seu redor.

Deste modo, entendemos que é na infância que a criança tem a oportunidade de querer brincar, é nesse momento de sua vida que tem o maior contato com o lúdico, por meio de brincadeiras, de jogos e de brinquedos. Em contato com o lúdico, a criança aprende de forma mais prazerosa, isto é, por meio das brincadeiras, a criança desenvolve muitas habilidades, como: a criatividade e sua capacidade de autonomia.

De acordo com Ribeiro (2008),

no universo das crianças, jogos e brincadeiras ocupam um lugar especial. Nos momentos em que estão concentradas em atividades lúdicas, as crianças envolvem-se de tal modo que deixam de lado a realidade e entregam-se às fantasias e ao mundo imaginário do brincar (RIBEIRO, 2008, p. 18).

Sendo assim, por meio do lúdico, a criança tem a oportunidade de brincar. Segundo Oliveira (2008), o brincar é visto como uma fonte inspiradora para o desenvolvimento e aprendizado infantil, pois, resulta em benefícios fundamentais, como: criatividade, prazer, alegria, espontaneidade, criticidade, autonomia e a busca do conhecimento.

Pensando deste modo, o lúdico é visto como o brincar, as brincadeiras e os jogos, isto é, o lúdico está relacionado a todo ato que a criança faz de modo espontâneo, em que, ao vivenciar tudo, possa se desenvolver afetivamente, interagindo com o mundo em que vive. Sendo assim,

é brincando que as crianças constroem conhecimentos e desenvolvem atenção, agilidade, associação, coordenação motora, etc. Ao brincar, as crianças ativam sua imaginação, criam sua própria maneira de brincar, desenvolvem-se sem perceber, o que contribui

primordialmente para sua autonomia e personalidade (MANES; BONIN apud PEREIRA, 2009, p. 8).

Assis (2006) defende que o caminho por meio das brincadeiras é uma nova forma de proporcionar às crianças um educar diferente, pois, “[...] na brincadeira, a professora pode intervir pedagogicamente nas ações de cuidado e educação, a fim de promover o desenvolvimento das crianças nas instituições de Educação Infantil” (ASSIS, 2006, p. 99).

Portanto, o lúdico também é visto como um ato de educar, pois se trata de uma maneira que a criança tem de aprender se divertindo e interagindo mediante a fantasia e o encanto.

De acordo com Dallabona e Mendes (apud PEREIRA 2009, p. 7),

o lúdico demonstra sua importância no desenvolvimento infantil e dentro da educação como uma metodologia que possibilita mais vida, prazer e significado ao processo ensino aprendizagem, tendo em vista que é particularmente poderoso para estimular a vida social e o desenvolvimento construtivo da criança.

Deste modo, pensando na contribuição que o lúdico tem em relação ao crescimento do ser humano, MALUF (apud PERREIRA, 2009, p. 20) explicita que

a busca do saber torna-se importante e prazerosa quando a criança aprende brincando. É possível, através do brincar, formar indivíduos com autonomia, motivados para muitos interesses e capazes de aprender rapidamente. É só acreditar, fazendo do brincar momentos de grandes conquistas!

É importante enfatizar que a criança, por meio das brincadeiras, demonstra seu próprio modo de ver e de pensar o mundo (PASCHOAL; ZAMBERLAN, 2005). Sendo assim, as instituições infantis devem proporcionar à criança a oportunidade de explorar o seu brincar com liberdade, considerando esse mesmo ato como parte iminente do processo educacional (CREPALDI, 2006, p. 176).

Desta forma, por meio do lúdico, pode-se adquirir conhecimentos e o professor deve estar ciente da importância deste elemento para a vida da criança. Entendendo o brincar como um “ato fundamental, juntamente com outras formas de representação, devemos considerar o brincar como objeto de interesse tanto das crianças, como dos profissionais envolvidos no processo educacional” (OLIVEIRA, 2008, p. 89).

Enfim, é nesta perspectiva que precisamos mostrar a importância que o lúdico trás para a construção do desenvolvimento infantil, uma vez que se faz necessário a atuação mediadora do profissional, isto é, para que a prática lúdica traga satisfação no desenvolvimento integral da criança. Enquanto professores, precisamos estar dispostos a causar situações em que nossas crianças possam, em seu cotidiano, construir, imaginar, criar, ou seja, que elas possam ter momentos de alegria, prazer e diversão por meio das brincadeiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração do projeto de pesquisa, no início, tive muita dificuldade em delimitar o problema a ser discutido no Trabalho de Conclusão de Curso. Juntamente com a professora e orientadora, pôde ser elaborado alguns problemas possíveis de serem abordados na pesquisa, antes de chegar ao atual problema aqui discutido.

Com o problema definido, pude perceber, então, o quanto seria importante o assunto tratado, já que o problema abordado, atualmente, é bastante discutido por aqueles que se preocupam com a educação da criança pequena.

Desde então, com as sugestões da orientadora, propus-me a discorrer sobre a importância da integração do cuidar e do educar nos Centros de Educação Infantil, uma vez que, desde o início da pesquisa, tive afinidade sobre o assunto relacionado à Educação Infantil, ou seja, tudo que envolve o universo infantil passou a fazer parte do meu cotidiano.

Além disso, um outro ponto que me fez escrever sobre o assunto abordado nesse trabalho foi que todos nós profissionais preocupados com a educação da criança pequena devemos quebrar paradigmas, ou seja, para que possamos garantir com segurança os direitos da criança se faz necessário refletir sobre as práticas que ainda não se modificaram. Com isso devemos considerar de fato a integração do binômio cuidar/educar, já que muitos discursos teóricos falam sobre essa prática pedagógica, mas não é bem isso que acontece no dia a dia de nossas crianças.

Esse estudo permitiu compreender a importância que a Educação Infantil possui na vida de uma criança, pois a vejo como base de toda educação. Além disso, o estudo também me proporcionou conhecer melhor como surgiu a educação infantil no Brasil; como era visto a concepção de infância e de que maneira esta foi se modificando no decorrer dos tempos; como é possível integrar o cuidar e o educar nas práticas educativas com as crianças de zero a cinco anos e, ainda, compreender a importância da formação do profissional que atua nessa área.

Esta pesquisa foi de suma importância para a minha formação, pois, com os questionamentos e estudos realizados, pude compreender e aprender o que

rege o universo infantil. Além disso, passei a admirar e respeitar mais a educação da criança pequena, porque educar e cuidar não se trata de uma tarefa que se realize de qualquer jeito, pois ambas as ações implicam as várias competências do educador infantil, bem como, este profissional deva integrar de fato o binômio cuidar/educar. No entanto, venho frisar que as funções do cuidar e do educar precisam ser indissociáveis na prática pedagógica, pois estas devem estabelecer uma visão integrada do desenvolvimento da criança. Por isso, se faz necessário que também os profissionais que atuam com crianças de zero a cinco anos considerem o cuidar e o educar práticas indissociáveis do fazer pedagógico, pois ambas as concepções são atos essenciais para a prática educativa com a criança pequena.

Nesta perspectiva, ressalto o quanto é importante a formação adequada do profissional infantil, pois esta deve ser pautada na junção do binômio cuidar e educar. Pois, “[...] ao trabalhar com as crianças da educação infantil, é preciso considerá-las como seres afetivos com necessidades físicas e emocionais de fortalecimento da autoestima, de vínculos afetivos, de toques corporais, de agrados, de 'colo' e de muitas atenções para que se sintam especiais e possam desenvolver plenamente sua personalidade” (PROENÇA, 2004, p. 14).

Enfim, considero que é na Educação Infantil que a criança pode encontrar fundamentos básicos para o seu desenvolvimento enquanto ser histórico e social.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Beatriz Carmo Lima. **A epistemologia do educador infantil de creche**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. p. 23-30.

ANGOTTI, Maristela. (org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê**. Campinas: Alínea, 2006. p.19-65.

ASSIS, Muriane Sirlene Silva. Práticas de cuidado e de educação na instituição de educação infantil: o olhar das professoras. In: ANGOTTI, Maristela. (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p. 99.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BATISTA, Cleide Vitor Mussini. Fundamentos e Metodologias do Cuidar, Brincar e Educar. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado; STEINLE, Marlizette Cristina Bonafini; BATISTA, Cleide Vitor Mussini; LUGLE, Andréia Maria Cavaminami. **Instrumentação do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil**. Londrina, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. p. 22.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Parecer 02/98 e Resolução 01/99, Brasília, MEC/CNE/CEB, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental. **Referencial curricular para a educação infantil**. v.1-3, Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 23-41.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos á educação**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 2006. p. 09-19.

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.119, p.91, Jul./2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a05.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2009.

COSTA, Fátima Neves do Amaral. O cuidar e o educar na educação infantil. In: ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p. 65-71.

CREPALDI, Roselene. Brincar de construir brinquedos. In: ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p.176.

DIDONET, Vital. **Educação Infantil**. Brasília: Humanidades, v.43, [s/d]. p. 93.

\_\_\_\_\_. Não há educação sem cuidado. **Revista Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, ano 1 n.1. Abr/jul. 2003. p. 8.

FRABBONI, Franco. **A Escola Infantil entre a cultura da Infância e a ciência pedagógica e didática**. In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre. Artmed, 1998. p. 68.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

KUHLMANN JUNIOR, Moisés. Instituições Pré-Escolares Assistencialista no Brasil (1889-1922). **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n.78, p.18-21, ago.1991. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/969.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2001, p.19.

LEITE FILHO, Aristeo. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, Regina Leite; LEITE FILHO, Aristeo (Org.) In: **Em defesa de uma educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 31.

MACHADO, Maria Lucia de A. Desafios iminentes para projetos de formação de profissionais para a educação infantil. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n.110, p.191-202, jul.2000, p.194. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a09.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

MALDONADO, Maria Tereza. **As sementes do amor: educar crianças de 0 a 3 anos para a paz**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

MORENO, Lupion Gilmara. Organização do Trabalho Pedagógico na Instituição de Educação Infantil. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). **Trabalho Pedagógico na Educação Infantil**. Londrina: Humanidades, 2007, p. 54-62.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 56.

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan. O brincar na sociedade contemporânea: para além da lógica do consumo. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado; BATISTA, Cleide Vitor Mussini; MORENO, Gilmar Lupion (Org.). **As crianças e suas infâncias: o brincar em diferentes contextos**. Londrina: Humanidades, 2008. p. 84-89.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p.18.

\_\_\_\_\_. Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 92-95.

PALHARES, M.S. O direito á Educação Infantil em São Carlos. In: GIL, J. (Org.). **Educação Municipal: experiências de políticas democráticas**. Ubatuba: Estação Palavra, 2004. p. 52.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. O Lúdico no Contexto da Pré-escola: proposta de intervenção visando o redimensionamento curricular nas ações de professores. In: ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan (Org). **Educação Infantil: subsídios teóricos e práticas investigativas**. Londrina: CDI, 2005. p. 69.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; et al. **Instrumentação do trabalho pedagógico na educação infantil: os referenciais curriculares nacionais para a educação infantil**. Londrina: Unopar, 2008. p.11-17.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTERDBR On-line**. Campinas, n.33, p. 78-86, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. As Brincadeiras da Criança na Proposta de Jardim de Infância de Rui Barbosa. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado; BATISTA, Cleide Vitor Mussini; MORENO, Gilmar Lupion (Org.). **As crianças e suas infâncias: o brincar em diferentes contextos**. Londrina: Humanidades, 2008. p. 53.

PEREIRA, Cristiane Maria. **A Importância do Lúdico na Educação Infantil**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009. p. 07-20.

PROENÇA, Maria Alice de Rezende. **A rotina como âncora do cotidiano na educação infantil**. Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, 2004, p. 14.

RIBEIRO, F.D. **Jogos e modelagem na educação matemática**. Curitiba: IBPEX, 2008. p.18.



RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999, p. 80.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-185.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educar e cuidar como funções da educação infantil no Brasil: perspectiva histórica.** São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade de Campinas, 1999. p. 23.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. A necessária associação entre cuidar e educar. **Revista Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, a.1, n.1, abr/jul. 2003. p. 11.

SIGNORETTE, A. E. R. S.; et al. Educação e cuidado: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento. **Revista do Professor**, Porto Alegre, n.72, out./ dez. 2002.

SOUZA, Andréa Cristina. **A Integração do Cuidar e do Educar nas Práticas pedagógicas Infantis e a formação do Profissional de Educação Infantil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009. p. 18-36

WAJSKOP, Gisela; ABRAMOWICZ, Anete. **Educação Infantil Creches: atividades para crianças de zero a seis anos.** São Paulo: Moderna, 1999. 2 ed. Ver e atual. p. 10.